



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 1

Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e sob protestos



Pablo Valadares (Agência Câmara)

Sob protestos de deputados da oposição, a base governista aprovou a admissibilidade da 'reforma' da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara mesmo com os dados e estudos sobre os impactos financeiros da proposta estando sob sigilo, decretado pelo Ministério da Economia.

A Proposta de Emenda Constitucional 6/2019 teve 48 votos favoráveis e 18 votos contrários, numa votação que ocorreu por volta das 23h30 desta terça-feira (23). A sessão na CCJ durou



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 2

cerca de nove horas e transcorreu com o local isolado de representantes da sociedade civil. “Um forte esquema de segurança dificultou e tentou restringir qualquer acesso à Câmara, tendo sido inclusive instaladas grades de proteção ainda no estacionamento que fica na frente da portaria do Anexo II”, relatou o servidor da JF em Santos Adilson Rodrigues, da coordenação da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU), que participou das atividades de pressão sobre os parlamentares em Brasília.

Deputados contrários à ‘reforma’ afirmaram que vão entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para tentar anular a decisão. Alegam que a matéria não poderia ter sido votada porque havia um requerimento na Mesa Diretora da Câmara, com a assinatura de 105 deputados, pela suspensão da tramitação do texto por 20 dias.

O mecanismo para suspender proposituras legislativas que não contenham a previsão de possíveis impactos financeiros nas contas públicas foi introduzido na Constituição Federal pela Emenda 95, que congela as despesas primárias do orçamento da União até 2036. Inicialmente, quando a oposição ainda não contava com um quinto dos deputados assinando o requerimento, o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), chegou a admitir essa previsão constitucional. Depois, porém, disse que qualquer medida caberia ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que estava presente à sessão, mas não se manifestou.

Dados secretos

Os estudos referentes à Proposta estão sob sigilo decretado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), revelou o jornal “Folha de São Paulo”, no sábado (20). O pedido do jornal para consultar tais dados, com base na Lei de Acesso à Informação, foi negado tendo como justificativa o sigilo imposto a esses documentos e que a sua divulgação poderia afetar os mercados e dificultar a tramitação da matéria.

Pesquisadores não alinhados ao governo alertam que os custos para transição do atual modelo de repartição, na qual uma geração sustenta a seguinte, para o de capitalização tende a ser muito alto. O governo reconhece que haverá esse impacto, mas não diz de quanto e nem apresentou estudos atuariais referentes a isso. O presidente da Câmara disse que recebeu a promessa do Ministério da Economia de que os dados secretos serão remetidos à Casa na quinta-feira (25). É nesta data que Rodrigo Maia disse pretender instalar a comissão especial que analisará a proposta de emenda constitucional que muda radicalmente a Previdência Social no Brasil.



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 3

Para conseguir aprovar a admissibilidade da PEC na CCJ, o governo de Jair Bolsonaro teve que negociar com os partidos do “Centrão” e fazer o que disse que não faria: alterar alguns pontos do conteúdo já nesta Comissão e usar o “toma-lá-dá-cá” de cargos em troca do apoio. Quatro aspectos foram considerados inadmitidos em voto complementar do relator, Marcelo Freitas (PSL-MG):

- = Extinção do foro do Distrito Federal para a propositura de ações contra a União;
- = Fim do pagamento da indenização compensatória e o do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) no momento da aposentadoria;
- = Exclusividade do Poder Executivo de propor mudanças na aposentadoria dos servidores públicos;
- = Definição da idade para aposentadoria compulsória do servidor público por meio de lei complementar.

Campanha contra a reforma

Movimentos contrários à PEC 6/2019, apontada como o fim da Previdência Social no Brasil, planejam intensificar as mobilizações de rua para tentar deter a proposta. Manifestações já estavam programadas para acontecer em várias cidades nesta quarta-feira (24), convocadas por setores ligados à educação pública, mas também incorporadas às atividades de outros segmentos sindicais e sociais.

Os tradicionais atos do 1º de Maio, convocados pelas centrais sindicais, devem ser unificados e também terão como eixo principal a defesa do direito à aposentadoria. Em São Paulo a manifestação acontece a partir das 10 horas no Vale do Anhangabaú. Discute-se, ainda, a convocação de uma greve geral que pare o país em maio.

A luta contra a reforma proposta pelo presidente Jair Bolsonaro é ainda um dos temas centrais do 10º Congrejufe, o congresso organizado pela Fenajufe, que começa no dia 27 de abril, em Águas de Lindóia, no interior do Estado. “Contamos com a ajuda e mobilização de todos para tentar barrar esta proposta nas suas próximas fases de tramitação”, ressalta Adilson, assinalando que as dificuldades enfrentadas pelo governo para passar pela Comissão de Justiça, que não aprovou a PEC com a rapidez que pretendia, reforçam a avaliação de que, com mobilização nas ruas, é possível barrar a reforma que ameaça a



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 4

Previdência.

Como votou cada deputado da comissão

Votaram sim (a favor da PEC-6):

Bia Kicis (PSL-DF) Sim

Caroline de Toni (PSL-SC) Sim

Daniel Freitas (PSL-SC) Sim

Delegado Marcelo (PSL-MG) Sim

Delegado Waldir (PSL-GO) Sim

FelipeFrancischini (PSL-PR) Sim

Nicoletti (PSL-RR) Sim

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) Sim

Beto Rosado (PP-RN) Sim

Hiran Gonçalves (PP-RR) Sim

Marcelo Aro (PP-MG) Sim

Margarete Coelho (PP-PI) Sim

Darci de Matos (PSD-SC) Sim

Deleg. Éder Mauro (PSD-PA) Sim

Edilazio Junior (PSD-MA) Sim

Fábio Trad (PSD-MS) Sim



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 5

Stephanes Junior (PSD-PR) Sim

Arthur O. Maia (DEM-BA) Sim

Bilac Pinto (DEM-MG) Sim

Geninho Zuliani (DEM-SP) Sim

Paulo Azi (DEM-BA) Sim

Alceu Moreira (MDB-RS) Sim

Celso Maldaner (MDB-SC) Sim

Herculano Passos (MDB-SP) Sim

Márcio Biolchi (MDB-RS) Sim

Gelson Azevedo (PR-RJ) Sim

Giovani Cherini (PR-RS) Sim

Marcelo Ramos (PR-AM) Sim

Sergio Toledo (PR-AL) Sim

João Campos (PRB-GO) Sim

João Roma (PRB-BA) Sim

Lafayette Andrada (PRB-MG) Sim

Luizão Goulart (PRB-PR) Sim

Eduardo Cury (PSDB-SP) Sim

Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) Sim



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 6

Samuel Moreira (PSDB-SP) Sim

Sh ridan (PSDB-RR) Sim

Paulo Martins (PSC-PR) Sim

Maurício Dziedrick (PTB-RS) Sim

Diego Garcia (PODE-PR) Sim

Léo Moraes (PODE-RO) Sim

Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE-CE) Sim

Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) Sim

Luis Tib  (AVANTE-MG) Sim

Rubens Bueno (CIDADANIA-PR) Sim

Pastor Eurico (PATRI-PE) Sim

Enrico Misasi (PV-SP) Sim

Gilson Marques (NOVO-SC) Sim

Votaram não (contra a PEC-6):

Afonso Motta (PDT-RS) Não

Eduardo Bismarck (PDT-CE) Não

Gil Cutrim (PDT-MA) Não

SubtenenteGonzaga (PDT-MG) Não



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 7

Renildo Calheiros (PCdoB-PE) Não

Clarissa Garotinho (PROS-RJ) Não

Alencar S. Braga (PT-SP) Não

Joenia Wapichana (REDE-RR) Não

José Guimarães (PT-CE) Não

Maria do Rosário (PT-RS) Não

Nelson Pellegrino (PT-BA) Não

Patrus Ananias (PT-MG) Não

Paulo Teixeira (PT-SP) Não

Danilo Cabral (PSB-PE) Não

João H. Campos (PSB-PE) Não

Júlio Delgado (PSB-MG) Não

Luiz Flávio Gomes (PSB-SP) Não

Talíria Petrone (PSOL-RJ) Não

Envie aqui sua mensagem aos deputados e senadores paulistas para que votem contra a 'reforma' da Previdência



TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 8



Aposentados celebram seu dia sob impacto da pandemia e dos ataques do governo

Faixa de Contribuição	Taxa
Até R\$ 1.100,00	7,5%
de R\$ 1.100,01 até R\$ 2.203,48	9%
de R\$ 2.203,49 até R\$ 3.305,22	12%
de R\$ 3.305,23 até R\$ 6.433,57	14%
de R\$ 6.433,58 até R\$ 11.017,42	14,5%
de R\$ 11.017,43 até R\$ 22.034,83	16,5%
de R\$ 22.034,84 até R\$ 42.967,92	19%
a partir de R\$ 42.967,93	22%

Fonte: Agência Ibras I/Portaria SEPRT/ME nº 636, de 13 de janeiro de 2021

Alteração das faixas de contribuição previdenciária tem impacto para todos os servidores



Governo aprova PEC da Previdência na CCJ com dados sob sigilo e
sob protestos | 9



Previdência: STF rejeita ações que contestavam reforma de Lula por causa do mensalão